MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0953 de 22 de Novembro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 004/2019 – CSMP

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Revoga e modifica dispositivos da Resolução nº 04/2011 - CSMP e da Resolução nº 05/2011 - CSMP, e dá outras providências.;

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 02/90,

Considerando que o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP têm firme posição no sentido de que, no âmbito do Ministério Público estadual, não é possível ocorrer, nos casos de remoção e promoção por merecimento, a recomposição da quinta parte da lista de antiguidade;

Considerando que o art. 66, § 4º, da Lei Complementar Estadual N.º 002/1990 dispõe que "a promoção e a remoção por merecimento pressupõem 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância, e integrar, o Membro do Ministério Público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, hipótese em que a composição da lista se dará entre membros dos quintos subsequentes, observada a sua ordem"

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 18 da Resolução nº 04/2011, do Conselho Superior do Ministério Público, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A promoção e a remoção por merecimento pressupõem 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância e integrar, o Membro do Ministério Público, a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta.

§ 1º. Na hipótese de inexistir número de candidatos suficientes no mesmo quinto para formação da lista tríplice, não é possível a complementação da lista tríplice com outros candidatos de quintos diversos. (NR)

§ 2º. (...)

(...)

§ 3º. (...)

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0953 de 22 de Novembro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

§ 4º. Não sendo caso de promoção ou remoção obrigatória, a escolha recairá sob o candidato mais votado, observada a ordem dos escrutínios. (NR)

§ 5º. (...)

(...)

§ 6º. Havendo empate na formação da lista tríplice, adotar-se-á o critério de antiguidade na entrância, salvo se o Conselho Superior delegar, por decisão da maioria simples de seus integrantes, ao Procurador-Geral de Justiça a competência de escolher qualquer um dos candidatos que se encontrem empatados. (NR)

§ 7º. Será obrigatoriamente promovido ou removido o Membro do Ministério Público que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em listas de merecimento. (NR)

§ 8º. (...)

(...)

§ 9º. (...)

(...)

§ 10. Se dois ou mais integrantes da lista tríplice estejam figurando, concomitantemente nela pela terceira vez consecutiva ou pela quinta vez alternada, a promoção ou a remoção recairá sobre o membro integrante da lista mais antigo na entrância. (AC)

§ 11. O candidato à remoção ou promoção que não estiver em situação regular junto à Corregedoria-Geral, desde a inscrição até o dia anterior ao julgamento do certame, será considerado não habilitado." (AC)

Art. 2º O artigo 5º da Resolução nº 05/2011, do Conselho Superior do Ministério Público, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. A promoção e a remoção por merecimento pressupõem 02 (dois) anos de exercício na respectiva entrância e integrar o Membro do Ministério Público a primeira quinta parte da lista de antiguidade na entrância.

§ 1º. A lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida a maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas forem necessárias, examinando-se, em primeiro lugar, os nomes dos remanescentes de lista anterior.

§ 2º. Se a formação da lista de merecimento com os três nomes mais votados não decorrer da

MINISTÉRIO PÚBLICO

Diário Oficial Eletrônico – DOFe

ESTADO DE SERGIPE

Diário n. 0953 de 22 de Novembro de 2019

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA > PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

primeira votação, após a formação da lista tríplice o Conselho procederá a novo sufrágio com o objetivo de indicar o candidato que preencherá a vaga.

§ 3º. Serão excluídos da possibilidade de concorrer os eventuais remanescentes de lista anterior, que forem integrantes de quintos de antiguidade mais remotos que os efetivamente habilitados.

§ 4º. A escolha recairá sobre o candidato mais votado. (NR)

§ 5º. Havendo empate na formação da lista tríplice, adotar-se-á o critério de antiguidade na entrância, salvo se o Conselho Superior delegar, por decisão da maioria simples de seus integrantes, ao Procurador-Geral de Justiça a competência de escolher qualquer um dos candidatos que se encontrem empatados. (NR)

§ 6º. O interstício para promoções é contado a partir da publicação do ato em Diário Oficial."

Art. 3º. Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Edifício "Governador Luiz Garcia", em Aracaju, 21 de Novembro de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

Paulo Lima de Santana

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Em exercício

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Corregedora-Geral do Ministério Público

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Procuradora de Justiça

Membro do Conselho Superior do Ministério Público

Josenias França do Nascimento

Procurador de Justiça

Membro do Conselho Superior do Ministério Público

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Procurador de Justiça

Membro do Conselho Superior do Ministério Público